

MercadoPago.com Representações Ltda.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial Referentes ao Semestre e
Exercício Findos em 31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

mercado
pagomercado
crédito

Relatório da administração

Em atendimento à resolução nº 02/2020 do Banco Central do Brasil (BACEN), a Administração do Conglomerado Prudencial MercadoPago.com Representações LTDA. ("Conglomerado") tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Conglomerado é constituído pela empresa líder Mercado Pago.com Ltda. ("MPB") e pela Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("SCFI").

O Mercado Pago é uma solução integrada de pagamentos designada para facilitar as transações que forneçam aos seus usuários mecanismos fáceis e seguros de recebimentos e pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A Mercado Crédito SCFI S.A tem por objetivo oferecer crédito por meio digital aos comerciantes e consumidores do Mercado Livre e usuários da instituição de pagamento Mercado Pago, utilizando a sinergia das plataformas existentes do marketplace e meios de pagamentos. Esta solução é utilizada tanto para as operações realizadas no domínio MercadoLivre.com (online) como para outras plataformas de e-commerce (off-line).

A administração reforça a oportunidade de democratizar o acesso ao crédito no país e ao comércio eletrônico através da oferta de produtos que busque complementar seus negócios, expandir o relacionamento e melhorar ainda mais a experiência de seus clientes provendo inclusão financeira de forma rápida, eficiente e segura.

O plano de negócio do Conglomerado prevê constante crescimento no volume de transações realizadas, bem como a possibilidade de lançamento de novos produtos.

O Mercado Pago obteve autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 01 de novembro de 2018, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica pré-paga, e em 11 de março de 2020, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador. A Mercado Crédito - SCFI, por sua vez, obteve autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 09 de novembro de 2020, para atuar como instituição de crédito, financiamento e investimento de acordo com a publicação no Diário Oficial da União.

A administração da Companhia atesta que tem capacidade econômica e financeira de fazer frente a todas as suas obrigações.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Osasco, 31 de março de 2021.



Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores e Cotistas do
MercadoPago.com Representações Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do MercadoPago.com Representações Ltda. (“Companhia” ou “Conglomerado”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do MercadoPago.com Representações Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução CMN nº 4.280/13 e nas regulamentações complementares do BACEN para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis consolidadas, que divulga:

- a) As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e das regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.



- b) A constituição do Conglomerado se deu em 9 de novembro de 2020. Por ser sua primeira apresentação para essa data-base, essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado não estão sendo apresentadas de forma comparativa.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras

A Companhia elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório do auditor independente sem modificação em 29 de março de 2021.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Conglomerado para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Conglomerado e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4



**Demonstrações financeiras consolidadas do
Conglomerado Prudencial
31 de Dezembro de 2020**

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores em R\$ mil)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/20</u>
ATIVO		
Disponibilidades	4	786.001
Instrumentos financeiros		7.174.116
Títulos e valores mobiliários	5.a	4.651.936
Operações de crédito	6	1
Outros créditos	7	2.522.179
Provisão para chargeback	8	(64.804)
Ativos fiscais diferidos	21.b	136.024
Imobilizado de uso		68.979
Depreciações		(25.399)
Intangível	9	355.108
Amortizações	9	(147.269)
TOTAL DO ATIVO		<u>8.282.756</u>
PASSIVO		
Instrumentos financeiros		7.954.596
Depósitos	10	4.382.467
Relações interfinanceiras	11	144.244
Obrigações por empréstimos	12	1.051.044
Instrumentos financeiros derivativos	5.b	33.809
Outras obrigações	13	2.343.032
Provisões	14	17.930
Obrigações fiscais diferidas	21.b	4.432
TOTAL DO PASSIVO		<u>7.976.958</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social		347.340
Capital integralizado	15.a	218.290
Aumento de capital - em aprovação	15.a	129.050
Outros resultados abrangentes		(9.811)
Prejuízos acumulados		(71.676)
Participação de não controladores	15.d	39.945
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>305.798</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>8.282.756</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Valores em R\$ mil, exceto o prejuízo por cota)

	Notas	2º Semestre 2020	31/12/20
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(5.689)	150.592
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		41.960	88.752
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(47.649)	61.840
DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(34.757)	(54.083)
Obrigações por empréstimos		(34.538)	(53.681)
Resultado de operações de câmbio		(219)	(402)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(40.446)	96.509
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(135.955)	(213.942)
Receitas de prestação de serviços	16	2.900.386	4.899.228
Despesas de pessoal	17	(236.168)	(367.661)
Outras despesas administrativas	18	(443.793)	(738.336)
Despesas tributárias	19	(460.223)	(750.106)
Despesa direta por transações de pagamentos	20	(726.912)	(1.263.963)
Despesa com serviços associados a transações de pagamento	20	(930.786)	(1.484.350)
Outras despesas operacionais	20	(238.459)	(508.754)
RESULTADO OPERACIONAL		(176.401)	(117.433)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O PREJUÍZO		(176.401)	(117.433)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21.a	63.369	38.552
Provisão para imposto de renda		19.031	(37.040)
Provisão para contribuição social		5.934	(14.228)
Ativo fiscal diferido		38.404	89.820
PREJUÍZO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO		(113.032)	(78.881)
Participação controladores		(112.977)	(78.826)
Participação dos não controladores		(55)	(55)
Quantidade de cotas - média ponderada		138.289.985	110.289.985
Prejuízo por cota		(0,82)	(0,71)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
Valores em R\$ mil

	2º Semestre	31/12/20
Prejuízo do semestre e exercício	(113.032)	(78.881)
Outros resultados abrangentes		
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado		
Resultado de avaliação a valor justo de títulos disponíveis para venda	(6)	(154)
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(9)	(233)
Imposto sobre valor justo dos títulos disponíveis para venda	3	79
Hedge de Fluxo de Caixa	(19.491)	(9.079)
Parcela efetiva das mudanças no valor justo	(27.240)	(13.840)
(Ganhos)/Perdas a diferir para o resultado	(2.283)	131
Imposto sobre valor justo do Hedge de Fluxo de Caixa	10.032	4.630
Variação de Outros resultados abrangentes	(19.497)	(9.232)
Resultado abrangente líquido do semestre e exercício	(132.529)	(88.113)
Participação controladores	(132.474)	(88.058)
Participação dos não controladores	(55)	(55)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em R\$ mil

	Notas	Capital Realizado	Aumento de Capital - em aprovação	Outros resultados abrangentes	Reserva de Lucros	Prejuízos Acumulados	Total	Participação de acionistas não controladores	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		68.290	40.000	(579)	14.300	-	122.011	-	122.011
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	15.a	150.000	(40.000)	-	-	-	110.000	40.000	150.000
Aumento de capital em aprovação	15.a	-	129.050	-	-	-	129.050	-	129.050
Remuneração de capital		-	-	-	(7.150)	-	(7.150)	-	(7.150)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(78.826)	(78.826)	(55)	(78.881)
Destinações:									
Reserva de lucros	15.b	-	-	-	(7.150)	7.150	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		218.290	129.050	(9.811)	-	(71.676)	265.853	39.945	305.798
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020		68.290	60.000	9.686	14.300	34.151	186.427	-	186.427
Ajustes ao valor de mercado - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		-	-	(19.497)	-	-	(19.497)	-	(19.497)
Aumento de capital	15.a	150.000	(60.000)	-	-	-	90.000	40.000	130.000
Aumento de capital em aprovação	15.a	-	129.050	-	-	-	129.050	-	129.050
Remuneração de capital		-	-	-	(7.150)	-	(7.150)	-	(7.150)
Prejuízo do semestre		-	-	-	-	(112.977)	(112.977)	(55)	(113.032)
Destinações:									
Reserva de lucros	15.b	-	-	-	(7.150)	7.150	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		218.290	129.050	(9.811)	-	(71.676)	265.853	39.945	305.798

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em R\$ mil

	2º Semestre de 2020	31/12/20
Prejuízo líquido do semestre e exercício	(113.032)	(78.881)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	36.747	62.827
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	16.503	33.694
Provisão para contingências	12.793	10.161
Juros apropriados de obrigações por empréstimos	34.538	53.681
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(43.053)	(94.469)
Total ajustes de reconciliação	(55.504)	(12.988)
Aumento/Redução nos ativos e passivos operacionais		
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	923.090	(2.267.529)
Outros créditos	(1.040.510)	(1.869.057)
Depósitos	869.755	2.253.927
Outras obrigações	857.987	1.486.417
Pagamentos de Juros por empréstimos	(42.569)	(42.569)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(95.260)	(118.541)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades operacionais	1.416.987	(570.341)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado de uso	-	-
Alienação de imobilizado de uso	1.191	9.134
Aquisições de intangível	(102.313)	(181.250)
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de investimento	(101.122)	(172.116)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento por obrigações por empréstimos	462.368	2.421.368
Pagamento por obrigações por empréstimos	(1.381.436)	(1.381.436)
Lucros distribuídos e pagos	(7.150)	(7.150)
Aumento de Capital	259.050	279.050
Fluxo de caixa gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento	(667.168)	1.311.832
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	648.697	569.375
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre/exercício	137.304	216.626
No final do semestre/exercício	786.001	786.001
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	648.697	569.375

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONGLOMERADO PRUDENCIAL - MERCADOPAGO.COM REPRESENTAÇÕES LTDA.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020****(Valores em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial abrangem a Instituição líder MercadoPago.com Representações Ltda. ("Mercado Pago" ou "Companhia") que é constituída na forma de sociedade limitada, domiciliada no Brasil com sede na Avenida das Nações Unidas nº 3003, Parte E, Bonfim, Osasco, CEP 06233-903, e a Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A. ("Mercado Crédito" ou "SCFI") que é uma sociedade anônima fechada inscrito no CNPJ 37.679.449/0001-38 com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 3.003, Parte G, Bonfim, CEP 06233-903.

O Mercado Pago tem por objeto social ser uma solução integrada de pagamentos designada para facilitar transações que forneçam aos usuários mecanismos seguros e fáceis para recebimentos e pagamentos. Esta plataforma de tecnologia de serviços de gerenciamento de pagamentos é utilizada tanto para o domínio MercadoLivre.com quanto para outras plataformas de e-commerce e estabelecimentos físicos, através do qual as transações de pagamento realizadas pelos compradores são processadas e liquidadas para os vendedores e/ou prestadores de serviços, proporcionando aos usuários, segurança nas transações, flexibilidade e conveniência com os meios de pagamento disponíveis.

A Mercado Crédito tem por objeto social a prática de todas as atividades e operações ativas, passivas e acessórias permitidas pelas leis e demais normas aplicáveis as entidades do seu escopo, de acordo com as normas do Banco Central. O plano de negócio da SCFI é oferecer crédito de forma digital para pessoas jurídicas e pessoas físicas que já sejam usuárias da plataforma de marketplace do Mercado Livre e da instituição de pagamento Mercado Pago. Basicamente, a oferta de crédito para tais clientes será feita em duas modalidades: capital de giro e crédito direto ao consumidor.

O Mercado Pago obteve autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 01 de novembro de 2018, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de moeda eletrônica pré-paga, e em 11 de março de 2020, a autorização para atuar como instituição de pagamento na modalidade de emissor de instrumento de pagamento pós-pago e credenciador. A Mercado Crédito – SCFI, por sua vez, obteve autorização pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), em 09 de novembro de 2020, para atuar como instituição de crédito, financiamento e investimento. Todas estas autorizações do BACEN, conforme publicação no Diário Oficial da União. Desta forma, em decorrência da obtenção dessas autorizações, as Companhias adotam os procedimentos aplicáveis, inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com os critérios determinados pelo BACEN.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**a) Apresentação**

As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e observando as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional "COSIF", conforme disposto na circular nº 3.833/17 do BACEN, e demais regulamentações complementares do BACEN.

Em função do Conglomerado Prudencial ter sido constituído em 9 de novembro de 2020, (homologado pelo BACEN), essas demonstrações financeiras não possuem períodos comparativos.

A elaboração das demonstrações financeiras do conglomerado prudencial, de acordo com os princípios contábeis adotados no Brasil, exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes registrados de certos ativos e passivos (financeiros ou não), receitas, despesas e outras transações, tais como: i) valor justo de determinados ativos e passivos financeiros; ii) provisão para chargeback; iii) prazo de vida útil do ativo imobilizado; iv) prazo de vida útil de ativos intangíveis; v) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de passivos contingentes; e vi) reconhecimento de créditos tributários, entre outros. A liquidação das transações envolvendo esses ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

As demonstrações financeiras foram preparadas em Reais (R\$), sendo esta a moeda funcional da Companhia e a moeda de Para fins de divulgação dessas demonstrações financeiras, a Companhia considerou o disposto na resolução do BACEN nº 02/2020 que revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo a data base de 31 de dezembro de 2020 que altera a forma de sua apresentação. As alterações propostas por essa resolução se resumiram na apresentação de novos agrupamentos e modificações de nomenclatura contábil de certas contas do balanço. A apresentação dos ativos e passivos é realizada exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração referente a probabilidade de ocorrência de eventos subsequentes ou futuros que possam impactar certos ativos e passivos.

Estas demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram aprovadas para emissão pela Administração em 31 de março de 2021.

b) Consolidação

No processo de consolidação das Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial, os saldos das contas patrimoniais e os resultados das transações entre Mercado Pago e Mercado Crédito, foram eliminados, quando aplicável. Abaixo, demonstramos a entidade que foi incluída nas Demonstrações Financeiras do Conglomerado Prudencial:

Instituição financeira: Mercado Crédito Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento S.A.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Apuração do resultado

O resultado é reconhecido pelo regime de competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionam, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001 e levam em consideração a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Negociação:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Por isso, são apresentados no Ativo Circulante, independentemente do seu prazo de vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados ao valor de mercado;

- **Disponíveis para venda:** classificam-se nesta categoria os títulos e valores mobiliários que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento. Os rendimentos intrínsecos ("accrual") são reconhecidos na demonstração de resultado e as variações no valor justo ainda não realizados são realizados em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos tributários. Os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda, quando realizados, são reconhecidos na data de negociação na Demonstração do Resultado, em contrapartida de conta específica do Patrimônio Líquido; e

- **Mantidos até o vencimento:** nesta categoria são classificados os títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento. São registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários para as categorias aplicáveis, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no Resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conglomerado Prudencial, levando em consideração a intenção e a capacidade financeira da Companhia, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Em 31 de dezembro de 2020, o Conglomerado Prudencial não possuía títulos classificados na categoria de "mantidos até o vencimento".

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações a termo de moeda (*Non Deliverable Forward* - "NDF") e contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 que prevê a contabilização do diferencial a receber ou a pagar do valor de mercado na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no Ativo ou Passivo, respectivamente, e apropriado ao resultado como receita (quando ganho) ou despesa (quando perda).

e) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

f) Outros créditos

São representados principalmente pelos valores a receber de instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. São os recebíveis que as adquirentes devem repassar à Companhia por conta do processamento das transações parceladas de cartões de crédito realizadas na plataforma do MercadoLivre.com e outras plataformas de *e-commerce*, registrados pelo valor da transação, líquido das comissões cobradas pelo serviço de processamento das adquirentes e de eventuais perdas prováveis.

O Conglomerado Prudencial também adota a política de efetuar a antecipação de parte do saldo destes valores. As taxas e os prazos de desconto são negociados a cada operação. Estas transações configuram como transferência de direitos de crédito e, tanto os riscos como os benefícios significativos destes ativos, são assumidos pelas instituições financeiras. A despesa financeira é reconhecida na Demonstração do Resultado no momento em que a Companhia concorda em liquidar antecipadamente um recebível.

g) Provisão para chargeback

A provisão para *chargeback* é realizada com base nas contestações dos valores a receber de transações de cartões de crédito junto às adquirentes e que estão em processo de análise, podendo ocasionar perdas futuras. A provisão é estimada utilizando-se o critério desenvolvido internamente pela Administração que leva em consideração um percentual aplicável sobre o total das transações realizadas.

h) Imobilizado de uso

Corresponde aos bens tangíveis próprios e às benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros destinados à manutenção das atividades da Companhia ou que tenham essa finalidade por período superior a um exercício social.

São demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo os gastos diretamente atribuíveis à sua aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável dos ativos ("*impairment*"), quando aplicável. Os gastos subsequentes são incluídos no valor contábil somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a tais custos e que possam ser mensurados com segurança. Os custos com reparos e manutenções são reconhecidos como Despesa quando incorridos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. As depreciações são calculadas pelo método linear, considerando a vida útil estimada de uso para cada ativo, obedecendo as seguintes taxas anuais aplicadas: imóveis de uso e instalações em imóveis – 5%, móveis e utensílios – 20% e máquinas e equipamentos – 33%.

i) Intangível

Corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela Companhia, destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

São reconhecidos pelo seu valor de custo, incluindo os gastos com desenvolvimento diretamente necessários para fazer com que estejam prontos para serem utilizados pela Administração, líquido das respectivas amortizações e ajustado por redução ao valor recuperável ("*impairment*"). Os custos associados à manutenção destes ativos são reconhecidos como Despesa conforme incorridos.

A amortização do Ativo Intangível com vida útil definida é reconhecida, mensalmente e de forma linear, ao longo da sua vida útil estimada, considerando as seguintes taxas anuais aplicadas: marcas e patentes – 20% e aquisições e desenvolvimento de software – 33%, considerando o período do contrato.

j) Redução ao valor recuperável – ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis ao reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros ("*impairment*") é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se há alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2020.

k) Depósitos

Corresponde aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição. Referem-se aos valores mantidos em contas de pagamento, a pagar aos usuários vendedores, oriundos das transações da plataforma MercadoLivre.com e outras plataformas e que, no fim de cada exercício, não tenham sido resgatados. São registrados pelos valores das transações dos vendedores, líquido das comissões cobradas pelo Mercado Pago (percentuais sobre a venda realizada, processamento da transação na plataforma, parcelamento das compras, transferências financeiras da conta de pagamento para conta de depósito etc.).

l) Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida no momento da prestação de serviço de pagamento escolhida pelo comprador para quitação de um produto adquirido por meio do domínio Mercado Livre ou em domínios de outras plataformas de e-commerce. É apresentada líquida de impostos, devolução, abatimentos e descontos.

O Mercado Pago oferece também serviços de meios de pagamentos, fora da plataforma do Mercado Livre e pode ser contratado por qualquer empresa de comércio eletrônico. Nesta modalidade, as receitas também são reconhecidas no momento da opção do comprador por efetuar o pagamento por meio do Mercado Pago.

m) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob o controle da Companhia. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras e sim, divulgado caso a realização do ganho seja provável. Quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o mesmo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido;
- Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar esta obrigação não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivos contingentes as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas. As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão nem divulgação.

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) referem-se a demandas judiciais pelas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor. Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

n) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

- Correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O regime de apuração adotado pela Companhia é o lucro real.

- Diferidos: os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças dedutíveis temporariamente, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

As alíquotas vigentes sobre lucros tributáveis no país para as operações realizadas por pessoas jurídicas são: 34% para o Mercado Pago e 40% para a SCFI, conforme previsto na legislação tributária desta jurisdição.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados na rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial" diretamente no Patrimônio Líquido.

o) Benefícios a empregados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base na estimativa de pagamento da participação nos resultados. Esta é calculada conforme o cumprimento de metas estipuladas pela Administração. A participação nos resultados é destinada a todos os profissionais da Companhia.

p) Obrigações por empréstimos

Correspondem a empréstimos captados com terceiros, reconhecidos inicialmente pelo custo e atualizados de acordo com a taxa efetiva de juros.

q) Partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

r) Resultados recorrentes e não recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

4. DISPONIBILIDADES

	31.12.2020
Depósitos bancários	784.472
Depósitos no exterior – moeda estrangeira (i)	1.529
Total	<u>786.001</u>

(i) São compostos por valores disponíveis em dólar em contas bancárias no exterior.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020, os títulos e valores mobiliários são composto pelos saldos apresentados abaixo:

	31.12.2020	
Títulos de Renda Fixa	Custo	Valor de
Negociação	Amortizado	Mercado
Títulos privados	40.066	40.066
Cotas de fundos de investimento	40.066	40.066
Disponível para Venda	4.612.014	4.611.870
Títulos privados	726.777	726.777
Certificados de depósitos bancários – CDB	726.724	726.724
Cédulas de crédito bancário - CCB	8	8
Cotas de fundos de investimento	45	45
Títulos públicos	3.885.237	3.885.093
LFT - vinculados à prestação de garantias (i)	3.885.237	3.885.093
Total	<u>4.652.080</u>	<u>4.651.936</u>

	31.12.2020			
Títulos de Renda Fixa	Sem vencimento	Até 12 meses	Acima de 12 Meses	Valor de mercado
Negociação	40.066	-	-	40.066
Títulos privados	40.066	-	-	40.066
Cotas de fundos de investimento	40.066	-	-	40.066
Disponível para Venda	45	711.558	15.173	726.777
Títulos privados	45	711.558	15.173	726.777
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	711.551	15.173	726.724
Cédulas de crédito bancário - CCB	-	8	-	8
Cotas de fundos de investimento	45	-	-	45
Títulos públicos	-	3.540.222	344.871	3.885.093
LFT - vinculados à prestação de garantias (i)	-	3.540.222	344.871	3.885.093
Total	<u>40.111</u>	<u>4.251.780</u>	<u>360.044</u>	<u>4.651.936</u>

(i) São compostos por Letras Financeiras do Tesouro ("LFT") utilizados para garantir os saldos de moedas eletrônicas mantidas nas contas de pagamento, conforme determinado pela Circular BACEN nº 3.705/2014. São ativos que possuem alta liquidez no mercado.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante exercício de 2020.

b) Instrumentos financeiros derivativos:

O Mercado Pago participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias de suas operações, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

Tais instrumentos financeiros derivativos são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que alguns aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos, etc.

O único instrumento derivativo utilizado é o contrato a termo de moeda (*Non Deliverable Forward* – NDF), cuja metodologia de precificação para a apuração do valor de mercado é a utilização do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros.

Segregação por tipo de contrato, contraparte e notional:

Contratos	Contraparte	31.12.2020		
		Valor de Referência (Notional)	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Termo de Moeda	Mercado de	1.117.291	-	(18.955)
Termo de Moeda - Hedge Fluxo de Caixa	Balcão	383.207	-	(14.854)
Total		1.500.498	-	(33.809)

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos possuem vencimento entre 04 de janeiro de 2021 e 01 de dezembro de 2021.

Hedge de Fluxo de Caixa

As estratégias de hedge de fluxo de caixa do Mercado Pago consistem em: hedge de exposição à variação nos fluxos de caixa da empresa com exposição à taxa de câmbio, que são atribuíveis as alterações nas taxas relativos a compra de dispositivos MPOS expressos em dólares americanos convertidos em reais.

O Mercado Pago aplica o hedge de fluxo de caixa como segue:

- Contrata moeda futura através de NDF's (*Non-Deliverable Forward*) indexados a Dólar futuro e os designa como instrumento derivativo em uma estrutura de Hedge de Fluxo de Caixa, tendo como objeto operações de compra de máquinas MPOS indexados em dólares flutuante e negociados através de um plano anual de aquisição.

Os mesmos derivativos serão adquiridos gradualmente, com o objetivo de cobrir o plano mensal de compras estipulados inicialmente no plano anual de aquisições de MPOS para os próximos 12 meses.

Estratégias**Contratos de NDF**

Contratos de NDF	31.12.2020		
	Instrumentos de Hedge		Objeto
	Valor de Referência (Notional)	Marcação a Mercado	Valor de Referência (Notional)
Hedge Compra Futura de Ativo - USD x BRL (i)	383.207	(14.854)	383.171

(i) O valor do Ativo é referente ao montante do objeto de Hedge coberto na aquisição futura de máquinas MPOS. Os contratos de NDF (*Non-Deliverable Forward*) são adquiridos para cobrir o plano mensal dos próximos 12 meses com metodologia de cobertura de 80% para os 3 primeiros meses, 60% do 4º mês até o 6º mês, 40% do 7º mês até o 9º mês e 20% do 10º mês até o 12º mês. Em 31 de dezembro de 2020, o plano total de aquisição de ativos - MPOS corresponde a um valor de R\$787.452.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de créditos se iniciaram em dezembro/20, restringindo à seus funcionários. Estas operações se encontram na modalidade de cartão de crédito – Rotativo todas classificadas no Rating nível A e são em sua totalidade para pessoas físicas. O prazo médio de vencimento destas operações são menores de 30 dias. O saldo total da rubrica, líquida da provisão para perda esperada na data-base de dezembro de 2020, em unidades é de R\$622,11.

7. OUTROS CRÉDITOS

	31.12.2020
Valores a receber – Adquirentes (i)	1.607.500
Valores a receber – Ligadas (ii) – nota 22	236.103
Valores a receber – Transações de pagamentos (iii)	26.952
Créditos vinculados - Conta de pagamento Instantâneo	296.972
Impostos e contribuições a compensar	131.018
Imposto de renda a recuperar	19.504
Outros créditos (iv)	15.790
Despesas antecipadas	8.300
Devedores por depósitos em garantia (v) (vi)	180.040
Total	2.522.179
Outros Créditos - Curto Prazo	2.342.139
Outros Créditos - Longo Prazo	180.040

(i) São constituídos pelos valores a receber das adquirentes oriundas das transações de cartões de crédito parcelado, dentro da plataforma Mercado Livre e outras plataformas com prazo médio de recebimento de 30 dias.

(ii) São transações a receber que o Mercado Pago possui com suas empresas coligadas - nota 22.

(iii) Correspondem substancialmente aos valores a receber de usuários finais, relativos a transações de pagamento, tais como: comissões cobradas dos usuários por conta do processamento do pagamento, tarifas de retiradas do dinheiro disponível da conta de pagamento pré-paga, comissão de transações realizadas com cartão pré-pago e processamento de vendas por meio de boletos.

(iv) Valores representados substancialmente por outras comissões diversas de serviços de transações de pagamento e caixa a compensar.

(v) Correspondem substancialmente aos saldos depositados judicialmente referente ao processo judicial relacionado ao não recolhimento de determinados impostos sobre operações de remessas para a matriz MercadoLibre Argentina. Em 31 de dezembro de 2020, o total dos depósitos em juízo totalizavam R\$ 168.088.

(vi) Corresponde a depósito para prestação de garantia solicitado pela empresa Visa International Service para cobertura de eventuais riscos, com valor fixo e sem remuneração. Em 31 de dezembro de 2020, corresponde a um valor de R\$ 11.952.

8. PROVISÃO PARA CHARGEBACK

O Mercado Pago realiza a provisão para fazer face às perdas prováveis em valores a receber de usuários finais, relativos às transações de pagamento. A movimentação do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 está detalhada a seguir:

	31.12.2020
Saldo inicial	(31.110)
Reversão	94.112
Constituição	(127.805)
Saldo final	(64.804)

9. INTANGÍVEL

a) Composição do intangível

	31.12.2020			
	Taxa Anual de Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Residual
Software	33%	304.274	(147.269)	157.005
Software em desenvolvimento (i)	-	50.834	-	50.834
Total		355.108	(147.269)	207.839

(i) Correspondem às horas de serviços de TI necessárias para o desenvolvimento de novos softwares / sistemas.

b) Movimentação do intangível

	31.12.2020		
	Softwares	Desenvolvimento de software	Total
Saldos em 31.12.2019	65.280	18.525	83.805
Adições	148.941	32.309	181.250
Amortização	(57.216)	-	(57.216)
Saldos em 31.12.2020	157.005	50.834	207.839

10. DEPÓSITOS

Referem-se aos saldos em moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, inclusive os saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição. Estão apresentados conforme a tabela abaixo:

	31.12.2020
Saldos de livre movimentação	2.119.858
Obrigações por transação de Pagamentos (i)	1.865.200
Saldos bloqueados (ii)	<u>397.409</u>
Total	<u>4.382.467</u>

(i) Refere-se aos montantes que ainda não foram convertidos em moeda eletrônica tendo em vista que não foram cumpridos os requisitos previstos no arranjo de pagamento para que estes se tornem disponíveis para livre utilização.

(ii) Se referem aos saldos em trânsito entre contas de pagamento da mesma instituição e os valores a pagar a instituições participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento originadas de titular de conta de pagamento.

11. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto de valores a pagar a instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e instituições de pagamento participantes de arranjo de pagamento, relativos a transações de pagamento. No exercício findo de 31 de dezembro de 2020, são compostos pelas obrigações de liquidação junto as bandeiras de cartões de débito e crédito no valor de R\$ 78.244, com prazo de realização de até 27 dias e valores a pagar com a empresa Cielo S.A. que se realizam dentro do prazo de 12 meses e que são antecipados pelo Mercado Pago no montante de R\$66.000.

12. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

a) Composição de obrigações por empréstimos

	31.12.2020	
	De 3 a 12 meses	Total
Em moeda nacional	<u>1.051.044</u>	<u>1.051.044</u>
	1.051.044	1.051.044

b) Movimentação dos Empréstimos

	31.12.2019	Pagamentos				31.12.2020
	Saldo Inicial	Captação	Juros apropriados	Principal	Juros	Saldo Final
Em moeda nacional	-	2.421.368	53.681	(1.381.436)	(42.569)	1.051.044
	-	2.421.368	53.681	(1.381.436)	(42.569)	1.051.044

Em 31 de dezembro de 2020, as obrigações por empréstimos no país possuem taxas pós fixadas entre: CDI +0,50% a CDI +3,25% ao ano.

Os empréstimos possuem cláusulas *covenants* quantitativos e qualitativos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve descumprimento das cláusulas *covenants* que poderiam acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre a Companhia e estas instituições financeiras.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	31.12.2020
Gratificações e participações a pagar	<u>23.700</u>
Total	<u>23.700</u>

b) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2020
Impostos e contribuições a recolher (i)	102.965
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	<u>58.348</u>
Total	<u>161.313</u>

c) Diversas

	31.12.2020
Valores a pagar de sociedades ligadas (ii)	1.864.573
Credores diversos - país (iii)	277.441
Provisão para pagamentos a efetuar	<u>16.005</u>
Total	<u>2.158.019</u>

d) Total de Outras Obrigações

	31.12.2020
Outras Obrigações Curto Prazo	2.144.038
Outras Obrigações Longo Prazo (iv)	<u>198.994</u>
Total	<u>2.343.032</u>

(i) A Companhia optou postergar os pagamentos de PIS/PASEP e da COFINS conforme estabelecido na Portaria ME nº 139 da Receita Federal do Brasil de 3 de abril de 2020.

(ii) São constituídos substancialmente pelos valores que devem ser repassados para empresas coligadas nas operações de *shipping* e corresponde ao montante que é cobrado do usuário final por transação nas plataformas, líquido da parcela da receita de processamento do Mercado Pago.

O restante dos valores inclui: rateio pelo uso da plataforma, rateio pelo processamento e utilização dos servidores de internet da matriz, reembolso de gastos, imagem corporativa, etc.

(iii) São constituídos substancialmente por valores a pagar para fornecedores.

(iv) São constituídos substancialmente por valores referente ao recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre as remessas efetuadas para controladora na Argentina.

14. PROVISÕES

O Conglomerado Prudencial, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista em diversas instâncias, ajuizados. A Administração da Companhia adotou como procedimento a constituição de provisão com base em vários fatores, incluindo a opinião de seus assessores jurídicos externos, a análise das demandas judiciais pendentes e o histórico de perdas efetivas.

a) Composição das provisões

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo das provisões para ações judiciais é composto pelo seguinte:

	31.12.2020
Provisão para ações judiciais (i)	17.930
Total	<u>17.930</u>

(i) Correspondem às provisões representadas por ações de natureza cível de relação de consumo, trabalhistas e tributárias no qual há a probabilidade de perdas prováveis segundo opinião dos assessores jurídicos.

A Companhia pleiteia judicialmente o não recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF") sobre remessas efetuadas para controladora na Argentina, relativas à prestação de serviços de IT, tendo em vista evitar a dupla tributação dos valores envolvidos nessas operações. Os assessores legais avaliaram que as chances de perda de tal causa é possível e, por essa razão, a Companhia efetua depósitos em juízo relativos a tais valores e demais processos enquanto discute a causa no âmbito judicial. Os valores depositados atualizados em 31 de dezembro de 2020 eram de R\$ 168.088 - nota 7 (v).

Em 30 de outubro de 2020, o MercadoPago.com Representações Ltda. recebeu autuações fiscais exigindo recolhimentos de imposto de renda no período de janeiro a dezembro de 2016, com as respectivas penalidades e multas. O fundamento utilizado pelo fisco é que algumas despesas específicas assumidas pelas subsidiárias brasileiras, como serviços de tecnologia importados do MercadoLibre S.R.L., Meli Uruguay S.R.L. e MercadoLibre Inc., deveriam ser consideradas indedutíveis para fins de imposto de renda. A conclusão foi feita com o argumento de não terem sido apresentados, durante a fiscalização, evidências suficientes de que esses serviços eram de fato necessários e efetivamente contratados e pagos pelas subsidiárias brasileiras. As avaliações foram apresentadas ao MercadoPago.com Representações Ltda. no valor total de R\$ 79 milhões, e as defesas foram ajuizadas em 1º de dezembro de 2020, argumentando que os acordos de contrato e outros documentos foram apresentados durante o auto de infração. As defesas foram complementadas com descrições específicas para cada projeto impactado por tais serviços, refletindo a essencialidade de todas as despesas consideradas dedutíveis e avaliadas pelo fisco. Esses processos aguardam julgamento de primeira instância do Tribunal Administrativo. A opinião da administração, com base na opinião de consultores jurídicos externos, é que o prognóstico de perda é possível.

b) Movimentação das provisões

	31.12.2020
Saldo inicial	15.966
Constituição/ (Reversão)	10.161
Pagamentos	(8.197)
Saldo final	<u>17.930</u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 218.290 representados por 218.289.985 cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	%	31.12.2020
MercadoLivre.com Atividades de Internet Ltda.	54,19	118.289.095
MercadoPago, LLC	41,23	90.000.000
Mercadolibre, INC.	4,58	10.000.890
Total (em reais)	100	<u>218.289.985</u>

Em 31 de Outubro de 2019, foi aprovada pelas sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$ 40.000 mediante a emissão de 40.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 07 de julho de 2020.

Em 31 de janeiro de 2020, foi aprovada pelas sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$20.000 mediante a emissão de 20.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 07 de julho de 2020.

Em 29 de setembro de 2020, foi aprovada pelas sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, a integração como sócia da Companhia a empresa MERCADOPAGO.LLC via aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$90.000 mediante a emissão de 90.000.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 15 de dezembro de 2020.

Em 28 de dezembro de 2020, foi aprovada pelas sócios representantes da totalidade do capital social do Mercado Pago, o aumento de Capital Social por meio de recursos próprios no montante de R\$129.050 mediante a emissão de 129.050.000 de cotas. O referido aumento de capital foi aprovado está em aprovação do BACEN.

b) Destinação dos lucros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, conforme deliberação dos sócios, houve a distribuição por meio de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 7.150.

c) Outros Resultados Abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de valorização ou desvalorização do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos líquidos de impostos, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos.

d) Participação de não controladores

A participação de não controladores refere-se ao total do patrimônio líquido da empresa Mercado Crédito, com capital social totalmente subscrito e integralizado em 2020, de R\$ 40.000 representados por 40.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, assim distribuídas:

	%	31.12.2020
Mercado Crédito Holding Financeira LTDA	50,01%	20.004
Mercadopago, LLC	49,99%	19.996
Total	100%	40.000

O resultado do período de 24 de abril de 2020 (data da constituição do Mercado Crédito) à 31 de dezembro de 2020 do Mercado Crédito foi um prejuízo no montante de R\$ 55, com o Patrimônio Líquido de R\$ 39.945 em 31 de dezembro de 2020.

16. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31.12.2020
Receitas de prestação de serviço com meios de pagamentos (i)	4.775.795
Receitas com intermediação de serviços (ii)	123.433
Total	4.899.228

(i) Correspondem às receitas de transações de pagamentos, aquisição e comissões cobradas dos usuários finais de operações realizadas dentro da plataforma do Mercado Livre (processamento das operações e parcelamento de compras) ou de outras plataformas de e-commerce, pagamentos de compras e tarifa de retiradas.

(ii) Refere-se basicamente à outras receitas operacionais pelos serviços de intermediação no qual o Mercado Pago atua como correspondente bancário na originação de operações de crédito de bancos parceiros e provisões com vendas de MPOs.

17. DESPESAS DE PESSOAL

	31.12.2020
Proventos	(335.440)
Encargos sociais	(22.910)
Benefícios	(9.181)
Treinamento	(130)
Total	(367.661)

18. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31.12.2020
Despesa com processamento de dados	(282.268)
Despesa com promoções e relações públicas	(209.511)
Despesa com propaganda e publicidade	(150.834)
Despesa com depreciação e amortização	(62.277)
Despesa com serviços técnicos especializados	(28.245)
Outras despesas administrativas	(5.201)
Total	(738.336)

19. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31.12.2020
Despesa de contribuição ao COFINS	(418.613)
Despesa de ISS	(107.305)
Despesa de contribuição ao PIS/PASEP	(90.703)
Outras despesas tributárias (i)	(133.485)
Total	(750.106)

(i) Corresponde substancialmente às despesas tributárias relacionadas a contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE) e ao imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS).

20. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	31.12.2020
Despesa direta por transações de pagamentos (i)	(1.263.963)
Despesa com serviços associados a transações de pagamento (ii)	(1.484.350)
Outras despesas operacionais (iii)	(508.754)
Total outras receitas/despesas operacionais	(3.257.067)

(i) Referem-se substancialmente às despesas e custos diretos por transação relacionadas meios de pagamentos.

(ii) Referem-se basicamente a despesas com serviços associados a transações de pagamentos, como por exemplo: emissões de boletos, custos associados a novas tecnologias, custos e comissões com revendedores, prevenção a fraude e chargeback.

(iii) Corresponde substancialmente às despesas relacionadas à comercialização de equipamentos (MPOS).

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL registrada no resultado do exercício.

	31.12.2020
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL (i)	(124.583)
Alíquota vigente (ii)	34% e 40%
Despesa de IRPJ e CSLL de acordo com alíquota vigente	(42.364)
Efeito de itens permanentes	
Parcela dedutível de PCLD	(2.463)
Outros gastos não dedutíveis	6.275
Despesa de IRPJ e CSLL	(38.552)

(i) Os valores apurados no resultado antes da tributação sobre o lucro na Demonstração do Resultado do Exercício encontram-se líquidos da distribuição de juros sobre capital próprio no valor de R\$7.150.

(ii) Alíquota 34% para a empresa Mercado Pago Ltda. e 40% para a empresa Mercado Crédito - SCFI.

b) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos:

	Constituição e		
	31.12.2019	Realização	31.12.2020
Impostos diferidos ativos sobre:			
PDD e Chargeback	11.002	12.153	23.155
Provisões para contingências e outras provisões	54.271	38.304	92.575
Depósito Judicial - Importação Serviço	-	(4.432)	(4.432)
Provisão para bônus	-	8.758	8.758
Derivativos	-	11.450	11.450
Outros	344	(258)	86
Amortização de software desenvolvido internamente	(28.494)	28.494	-
Total	37.123	94.469	131.592
Ativo Fiscal Diferido Ativo	65.617	70.407	136.024
Passivo Fiscal Diferido Passivo	(28.494)	24.062	(4.432)
Total	37.123	94.469	131.592

c) Prazo de realização do crédito tributário:

	Em 1 ano	Em 5 anos	Saldo
Saldo do IRPJ e da CSLL diferidos	39.017	92.575	131.592

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2020 é de R\$118.806.

22. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2020, o Mercado Pago manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

	31.12.2020			
	Valores a receber	Valores a pagar	Receita	Despesa
MercadoLivre Brasil	769	(29.182)	-	-
Mercado Envios Brasil	23.911	(391.399)	-	-
Ibazar Brasil	16	(2)	-	-
eBazar Brasil	130.966	(885.471)	-	-
Mercado Pago Int Argentina	80.441	-	-	-
MercadoLibre Argentina	-	(540.501)	-	(763.229)
MercadoLibre Inc Estados Unidos	-	(1.218)	-	(23.631)
Deremate.com Uruguai	-	(3.723)	-	(15.165)
MercadoLibre Colombia	-	(2.179)	-	(2.857)
Meli Technology Estados Unidos	-	4.770	-	-
MercadoLibre Uruguai	-	(14.596)	-	(77.167)
Mercado Crédito Holding Financeira LTDA.	-	(146)	-	(146)
MercadoLibre Chile	-	(928)	-	(1.478)
Total	236.103	(1.864.573)	-	(883.672)

A remuneração total dos administradores no exercício foi de R\$3.422 .

23. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Conforme quadro abaixo, os instrumentos financeiros foram classificados em 31 de dezembro de 2020 através de hierarquia utilizando o método de mensuração dos ativos:

	31.12.2020			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativo				
Títulos e Valores Mobiliários	3.885.093	766.843	-	4.651.936
Negociação				
Títulos privados	-	40.066	-	40.066
Cotas de fundos de investimento	-	40.066	-	40.066
Disponível para Venda				
Títulos privados	-	726.777	-	726.777
Certificados de depósitos bancários – CDB	-	726.724	-	726.724
Cotas de fundos de investimento	-	45	-	45
Outros	-	8	-	8
Títulos públicos	3.885.093	-	-	3.885.093
LFT - vinculados à prestação de garantias	3.885.093	-	-	3.885.093
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(33.809)	-	(33.809)
Passivo				
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	(33.809)	-	(33.809)
Termo de Moeda - NDF	-	(18.955)	-	(18.955)
Termo de Moeda - NDF - Hedge	-	(14.854)	-	(14.854)

Em 2020 não houve transferência entre níveis de mensuração dos instrumentos financeiros.

24. ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE CAPITAL E DE RISCOS

Gerenciamento da estrutura de capital e riscos

Visando o atendimento à Circular BACEN nº 3.681/2013, o Mercado Pago, adotou uma estrutura de gerenciamento de capital e riscos que é compatível com a natureza das atividades da instituição e com a complexidade dos serviços que são oferecidos, permitindo que os riscos (operacional, de liquidez e de crédito) sejam identificados, mensurados, monitorados, controlados, mitigados.

O Mercado Pago possui e segue a política de gerenciamento de riscos que orienta em relação à natureza e a posição geral dos riscos financeiros que deverão ser regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Tal política foi estabelecida pela sua acionista majoritária (MercadoLibre, Inc.) e conta com um Comitê de Gerenciamento de Risco controlado.

O Grupo Mercado Livre instaurou um Comitê de Crise, composto pela Alta Administração das empresas/unidades de negócios do Grupo, entre elas o Mercado Pago. Este Comitê se reúne periodicamente onde são discutidas e definidas as principais diretrizes e medidas a serem seguidas pelas empresas do grupo, seguindo inclusive as diretrizes governamentais e legislativas relacionadas a pandemia do Covid-19. Dentre estas discussões e medidas estão os temas relacionados aos Riscos Operacional, de Liquidez, de Crédito, de Tecnologia e de Segurança da Informação. Esse Comitê também monitora os principais processos e controles da Companhia os quais estão operando normalmente.

Para se proteger de eventuais riscos de liquidez decorrentes da pandemia de Covid-19, a Companhia realizou captações em um montante de R\$2,4 bilhões no exercício e aplicou esses recursos em ativos de alta liquidez (referência nota 11). Esta captação foi efetuada apenas para prover uma maior segurança e mitigar eventuais riscos de liquidez, sendo liquidado ainda no exercício findo de 2020 o valor de R\$1,4 bilhões. Contudo, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 notou-se um impulso do comércio eletrônico, bem como um crescimento nos volumes transacionados e nas receitas da Companhia. Desta maneira, não se observou impactos relevantes nas operações da Companhia decorrente do efeito da pandemia.

Mais informações podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Risco, publicado em nosso site (<https://www.mercadopago.com.br/informacoes-adicionais>)

Risco operacional

É a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos relacionados a: i) falhas na proteção e na segurança de dados relacionados aos usuários finais ou transações de pagamento, ii) falhas de identificação e autenticação do usuário final, iii) falhas na autenticação das transações de pagamento, iv) fraudes internas e externas, v) práticas inadequadas relativas a usuários finais e serviços de pagamento etc.

Foram desenvolvidas ações visando à implementação de estrutura de gerenciamento de risco operacional, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.681/2013, que alcançam o modelo de gestão, o conceito, as categorias e a política de risco operacional, os procedimentos de documentação e armazenamento de informações, os relatórios de gerenciamento do risco operacional e o processo de *disclosure*.

Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não ser capaz de: i) honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e ii) não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. Como parte dos controles diários, são estabelecidos limites de caixa mínimos, limites mínimos de cobertura de saldo de moeda eletrônica de terceiros e de concentração de ativos. É feito também controle de antecipação de recebíveis junto às adquirentes que permitem que ações prévias sejam tomadas para garantir um caixa confortável e rentável. Em caso de necessidade, a Companhia também pode recorrer à linhas de crédito pré-aprovadas em instituições parceiras, assim como a sua Matriz para obtenção de empréstimo de longo prazo.

A instituição possui dentro da estrutura de risco de mercado uma gestão específica para controle e gerenciamento do IRRBB verificando continuamente a aderência às políticas e limites preestabelecidos e dentre as métricas autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a gerenciamento do IRRBB e risco de taxa a instituição utilizando como principais metodologias para gestão do risco as sensibilidades do DeltaEve e o Var Paramétrico. A Instituição busca proteção utilizando os mesmos índices para seus contratos de ativos e passivos mitigando os riscos inerentes da volatilidade das taxas. Os depósitos de clientes e os empréstimos que estão fixados em taxa CDI são protegidos pelas aplicações em títulos e valores mobiliários atrelados à mesma taxa variável de juros (CDI). Os resultados são apresentados mensalmente pela área de riscos financeiros através de dashboard reportado para a alta gestão local e corporativa e as principais variações e limites de controles são discutidos em reuniões sempre com viés de proteção a instituição da volatilidade do mercado que possam afetar sua exposição ao IRRBB.

Risco de crédito

É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, incluindo inadimplementos.

O risco primário da atividade resume-se à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartões e das adquirentes, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos. A Companhia possui uma estrutura de gerenciamento de riscos prevê limites para a realização de operações sujeita ao risco de crédito, procedimentos destinados a identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de crédito e procedimentos para a recuperação de créditos.

Gestão de Capital

A gestão do capital é realizada pela Área de Riscos Financeiros com o objetivo de cumprimento regulatório e para subsidiar a alta administração quanto aos valores mínimos para manutenção e continuidade das operações realizadas pela Instituição. Conforme autorização do Banco Central o gerenciamento de capital é realizado abrangendo apenas a Instituição Mercado Crédito SCFI, conforme distribuição abaixo:

	<u>31/12/2020</u>
Patrimônio de Referência (PR)	39.944
Nível I	39.944
Capital Principal	39.944
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	142.301
Risco de Crédito (RWA Cpad)	40.193
Risco Operacional (RWA Opad)	102.108
PR Mínimo Requerido	11.384
Margem PR	28.560
Índice de Basileia	28,07%
Margem PR considerando RBAN	26.762

25. LIMITES OPERACIONAIS

De acordo com a Circular nº 3.681/13, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica estão obrigadas a manter, permanentemente, Patrimônio Líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial é de R\$ 305.798, superior a 2% do valor médio mensal transacionado nos últimos 12 meses, que corresponde a R\$ 204.965.

26. RESULTADOS NÃO RECORRENTES E RECORRENTES

A Resolução BCB nº 2, de 27 de novembro de 2020, em seu artigo 34º, passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não corrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Em 31 de Dezembro de 2020, o Conglomerado Prudencial não possui valores de resultados não recorrentes.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Mercado Pago emitiu Cédula de Crédito Bancário a credora Mercado Crédito SCFI, S.A. em fevereiro de 2021 no montante de R\$105.700 e em março de 2021 no valor de R\$ 255.000. As emissões possuem vencimento entre 04 de abril de 2021 e 08 de março de 2023 com taxas entre 100% até 130% do CDI.

Até 22 março de 2021 a Mercado Crédito captou um valor total de R\$ 373 milhões com emissão de certificado de depósito bancário e certificado de depósito interfinanceiro.

Em 1º de março de 2021 foi publicada a Medida Provisória nº1.03 que trata a majoração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para bancos de qualquer espécie, elevando o percentual de 20% para 25%, para o período compreendido entre 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021.

DocuSigned by:

Tulio Xavier de Oliveira

690F817E5DAA49B...

Tulio Xavier de Oliveira
Responsável Legal

DocuSigned by:

Regis Reis

EF65057C605B46B...

Regis Reis
Contador CRC-1SP 192454/O-8